PARECER JURÍDICO

A Assessoria Jurídica do Município de Ubiratã, por meio de sua advogada, devidamente inscrito na OAB/PR, 76.024, vem apresentar Laudo de Análise Jurídica para a abertura de procedimento licitatório para a **Contratação de empresa especializada para realização de tratamento de reabilitação dentária e facial em cumprimento a mandado judicial referente ao Processo nº 0000946-08.2008.8.16.0172.**

O objetivo de uma licitação em si é contratar a proposta mais vantajosa para a administração, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a sua realização. Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra: as Dispensas de Licitação e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido nos artigos 24 e 25 da Lei n. 8.666/93.

Analisando a solicitação de licitação com os respectivos orçamentos encaminhada pela Secretaria de Saúde visando contratação do objeto, indico a adoção da modalidade Dispensa de Licitação por Justificativa, baseando no artigo 24, Inciso IV da Lei 8.666/93, o qual diz:

Art. 24. É dispensável a licitação:

Inciso: IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

A secretaria necessita do objeto em questão, pois diante de mandado judicial, conforme anexo, que obriga o Município de Ubiratã a promover e custear cirurgia de correção facial resultante de traumatismo sofrido em acidente envolvendo bens públicos e diante da inexistência de tal procedimento na rede SUS, tornou-se necessária a realização de consultas para avaliação e orçamento da respectiva cirurgia. Nesse propósito, de acordo com recomendações do corpo técnico da Secretaria de Saúde, foram indicadas clínicas conhecidas que dispõe de profissionais de renome

na área. Dentre elas apenas duas forneceram a documentação para formalização do pagamento da consulta.

A paciente foi avaliada por dois profissionais de empresas distintas, os quais elaboraram orçamentos conforme anexo. Desse modo, a dispensa de licitação com base no artigo 24, Inciso IV da Lei 8.666/93 é viável, pois considerando que o Poder Judiciário tem cobrado celeridade na resolução do caso, visto que a paciente já está bastante desgastada com toda situação e que outras empresas não quiseram colaborar com a realização do orçamento, decidimos pela contratação da cirurgia com base nestes dois orçamentos, cujos valores são bem próximos.

Segundo informa a indicação contábil verifica-se a existência de recursos orçamentários para cumprir com as obrigações decorrentes, conforme dotações especificadas.

Desta forma, a Assessoria Jurídica delibera pela realização do procedimento licitatório, nos moldes elencados no presente laudo.

Ubiratã - Paraná, 15 de agosto de 2018.

JÉSSICA OLIVEIRA

ADVOGADA

OAB nº 76.024/PR